ESTADO DO MARANHÃO

Nota Empenho

Ano Base: 2024

Unidade Gestora
040101 TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO

Número
2024NE000181

Data Referência
02/02/2024

CNPJ UG 05.288.790/0001-76

Gestão
00001 Gestão Geral

Processo
6682/2024

Nota Empenho Original

Evento
400010 RC09-Emissão de Empenho da Despesa

Referência Legal
Lei 8666/93

Pré-Empenho

Credor
027.191.763-62 PAULO RICARDO MACIEL

Modalidade Empenho
Ordinário

Empenho Centralizado
Não

Endereço Credor

Valor
850,56 (Oitocentos e Cinquenta Reais e Cinquenta e Seis Centavos)

Grupo Programação Financeira
003 Outras Despesas Correntes

Tipo Prestação de Contas

Tipo Contrato

Modalidade Licitação
08 Não aplicável

Transação
0540 Nota Empenho

Obedece Ordem Cronológica
Sim

Unidade Gestora Nota Descentralização Crédito

Nota Descentralização Crédito

Gestão Nota Descentralização Crédito

Contrato

Contrato SICOP

Histórico
Participação de membro do Comitê da Diversidade na Plenária da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ e do Lançamento do Selo da Diversidade e Posse do Conselho Estadual LGBTQIA+, no dia 05/02/2024, às 08h, na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, nesta cidade de São Luís/MA

Classificação Orçamentária

Esfera
Fiscal

Unidade Orçamentária
04101

Programa Trabalho
02 061 0543 4434 000050

Função
02 Judiciaria

Subfunção
061 Ação Judiciária

Programa
0543 Prestação Jurisdicional

Ação
4434 Acesso à Justiça - Tj

Subação
000050 Diárias de Servidores (AOSADIARIAT)

Fonte Recurso
1.5.00.101000 Recursos Não Vinculados de Impostos da Fonte 1500

Natureza Despesa
33.90.14.01 DIARIAS DENTRO DO ESTADO-PESSOAL CIVIL

Cronograma Desembolso

Janeiro		**Fevereiro**	850,56	**Março**	
Abril		**Maio**		**Junho**	
Julho		**Agosto**		**Setembro**	
Outubro		**Novembro**		**Dezembro**	

Descrição Itens

Item	Cód. Material	Qtd	Especificação	Unidade Medida	Valor Unitário	Valor Total

---

Célia Regina Pereira da Silva

Ordenador Primário

Fernando Antônio Carvalho Marques

Ordenador Secundário

Documento eletrônico assinado em 02/02/2024, conforme Medida Provisória 2200-2 de 24/08/2001, que institui o ICP Brasil
A autenticidade deste documento e o arquivo eletrônico estão disponíveis no sítio https://www.tjma.jus.br/financas